



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS ECORODOVIAS 2013

Proporcionar melhores rodovias aos brasileiros e cuidar de terminais portuários, centros de logística e da natureza ao nosso redor. Conduzir parceiros, colaboradores e toda a sociedade em programas e ações sustentáveis. Este é o nosso trabalho, nosso objetivo: ajudar o país a se desenvolver cada vez mais para construir um futuro melhor para todos.

QUALIDADE, COMPROMETIMENTO E DEDICAÇÃO: É O QUE VOCÊ VAI VER NAS PRÓXIMAS PÁGINAS.



ecorODOVIAS
GRUPO

AJUDANDO O BRASIL A CHEGAR AO FUTURO

continuação

Balanços Patrimoniais

Levantados em 31 De Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Reclassificado Conforme NE 4										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	177.016	435.621	1.071.043	778.981					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	70.740	66.722	18	290.762	574.108	571.533	802.424
Clientes	8	-	-	66.423	79.521	19	-	-	-	248
Clientes - partes relacionadas	8	-	-	85.228	70.367	20	-	-	264.076	200.026
Tributos a recuperar	9	14.847	13.812	36.576	28.180	17	304	368	30.906	25.661
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	10	14.372	14.032	-	-	25	7.332	7.876	53.451	42.513
Despesas antecipadas	11	16	202	6.865	6.987					
Partes relacionadas	21	47	-	-	-	21	17	-	2.232	1.726
Outros créditos		3.871	210	30.003	15.837	22	-	-	3.530	5.163
Total do ativo circulante		210.169	463.877	1.366.878	1.046.595					
Não Circulante										
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	10.805	12.434					
Tributos diferidos	16. a)	-	-	531.563	541.416					
Depósitos judiciais	12	10.357	9.615	88.399	79.472					
Partes relacionadas - clientes	21	-	6.487	-	-					
Outros créditos		-	-	10.302	30.556					
Despesas antecipadas	11	-	-	290	340					
Investimentos:										
Em controladas	13	1.194.531	1.220.196	253.159	275.506	16. a)	207	163	36.889	24.700
Ágio	13	969.668	996.152	-	-	26	48	60	135.148	106.441
Imobilizado	14	4.339	4.582	428.020	405.011	22	-	-	128.116	115.131
Intangível	15	94	73	3.811.352	3.414.245	23	-	-	2.268	10.040
Total do ativo não circulante		2.178.989	2.237.105	5.133.890	4.758.980					
Total do Ativo		2.389.158	2.700.982	6.500.768	5.805.575					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

Ativo	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita Líquida	28	-	-	2.639.059	2.087.521
Custo dos Serviços Prestados	29	-	-	(1.346.606)	(949.547)
Lucro Bruto				1.292.453	1.137.974
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	29	(76.377)	(47.911)	(365.104)	(267.767)
Resultado de equivalência patrimonial	13. a)	461.565	459.073	769	44.910
Juros sobre o capital próprio recebidos	13. a)	21.880	38.523	-	-
Amortização do ágio sobre investimento	13. a)	(26.484)	(8.926)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	5.d.i)	33.003	(2.967)	31.538	(8.062)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		413.587	437.792	959.656	907.055
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	30	22.985	15.622	113.407	69.434
Despesas financeiras	30	(38.704)	(33.880)	(438.884)	(310.967)
		(15.719)	(18.258)	(325.477)	(241.533)
Lucro Operacional e Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		397.868	419.534	634.179	665.522
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	16. b)	26	23	(212.625)	(230.853)
Diferidos	16. b)	(44)	2.515	(22.042)	(7.624)
		(18)	2.538	(234.667)	(238.477)
Lucro Líquido do Exercício		397.850	422.072	399.512	427.045
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores		397.850	422.072	397.850	422.072
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.662	4.973
		397.850	422.072	399.512	427.045
Lucro Líquido por Ação (Em R\$) - Básico	31	0,71	0,76		
Lucro Líquido por Ação (Em R\$) - Diluído	31	0,71	0,75		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro Líquido do Exercício		397.850	422.072	399.512	427.045
Outros Resultados Abrangentes					
Resultado Abrangente do Exercício		-	-	-	-
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		-	-	397.850	422.072
Outros acionistas que não da Companhia		-	-	1.662	4.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		397.850	422.072	399.512	427.045
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações		607	599	236.631	203.924
Amortização de ágio		26.484	8.926	-	-
Capitalização de juros		-	-	(934)	-
Prêmio de opção com base em ações		903	2.467	1.966	2.789
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível		-	7.409	2.663	13.260
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		32.585	26.247	375.538	264.786
Variação monetária com o Poder Concedente		-	-	7.644	9.813
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atualização monetária		(12)	60	(2.213)	6.186
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras		-	-	(1.008)	4.842
Receita sobre títulos e valores mobiliários		-	-	(6.606)	(3.954)
Provisão para Credores de Liquidação Duvidosa - PCLD		-	-	3.047	2.159
Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio recebidos		(483.445)	(497.596)	(769)	(44.910)
Tributos diferidos		44	(2.514)	22.042	7.759
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes		-	-	(4.810)	(11.946)
Partes relacionadas - clientes		(10)	(6.451)	-	36.028
Tributos a recuperar		(1.035)	(192)	(8.396)	(2.519)
Despesas antecipadas		186	(106)	172	(762)
Depósitos judiciais		(742)	(499)	(8.927)	(10.320)
Outros créditos		(3.661)	49	(8.712)	(6.105)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		4.116	(1.536)	22.866	(20.929)
Obrigações sociais e trabalhistas		(544)	2.371	10.938	6.636
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(64)	52	5.245	2.207
Partes relacionadas - fornecedores		17	-	(1.633)	(32.150)
Outras contas a pagar		3.571	1.199	3.345	32.382
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(14.654)	(228)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(23.150)	(37.443)	1.032.947	885.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

Ativo	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia				Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP)	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		Patrimônio líquido consolidado (IFRS e BR GAAP)
		Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Orçamento de capital	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores					
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		1.320.549	31.224	90.751	51.431	388.105	1.882.060	3.041	1.885.101	
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas		-	-	-	-	-	-	15.001	15.001	
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	2.789	-	-	-	2.789	-	2.789	
Plano de opção com base em ações	27.f)	-	(1.331)	-	-	-	(1.331)	-	(1.331)	
Ações em tesouraria adquiridas	27.g)	-	(7.760)	-	-	-	(7.760)	-	(7.760)	
Ações em tesouraria exercidas por diretores - plano de opções	27.g)	-	6.945	-	-	-	6.945	-	6.945	
Dividendos distribuídos (R\$ 0,09 por ação)	27.e)	-	-	-	(51.431)	-	(51.431)	(5.104)	(56.535)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	422.072	422.072	4.973	427.045	
Destinação do lucro:										
Reserva legal	27.c)	-	-	21.104	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	27.d)	-	-	-	-	189.932	(189.932)	-	-	
Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,26 por ação)	27.e)	-	-	-	-	-	(145.768)	-	(145.768)	
Constituição para reserva de dividendos	27.e)	-	-	-	65.268	-	(65.268)	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		1.320.549	31.867	111.855	65.268	578.037	2.107.576	17.911	2.125.487	
Efeito da venda de participação à acionistas não controladores nas controladas	5.d.ii)	-	-	-	-	-	-	12.819	12.819	
Alienação de participação de acionistas não controladores	5.d.ii)	-	5.441	-	-	-	5.441	-	5.441	
Reversão de orçamento capital c/cf AGOE de 25.04.2013		-	-	-	189.932	(189.932)	-	-	-	
Opções de ações outorgadas reconhecidas	27.f)	-	2.971	-	-	-	2.971	-	2.971	
Plano de opção com base em ações	27.f)	-	(1.005)	-	-	-	(1.005)	-	(1.005)	
Ações em tesouraria adquiridas	27.g)	-	(11.546)	-	-	-	(11.546)	-	(11.546)	
Ações em tesouraria exercidas por diretores - plano de opções	27.g)	-	5.883	-	-	-	5.883	-	5.883	
Dividendos distribuídos (R\$ 0,46 por ação)	27.e)	-	-	-	(255.200)	-	(255.200)	(6.333)	(261.533)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	397.850	397.850	1.662	399.512	
Destinação do lucro:										
Reserva legal	27.c)	-	-	19.892	-	-	(19.892)	-	-	
Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,32 por ação)	27.e)	-	-	-	-	-	(180.000)	-	(180.000)	
Constituição para reserva de dividendos	27.e)	-	-	-	197.958	-	(197.958)	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		1.320.549	33.611	131.747	197.958	388.105	2.071.970	26.059	2.098.029	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, sob a sigla “ECOR3”.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 5.

A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como “Grupo EcoRodovias” ao longo deste relatório.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board* (IASB). As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, representação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2012 é apresentado nessas demonstrações financeiras consolidadas devido à aplicação retrospectiva de determinadas políticas contábeis, conforme nota explicativa nº 4.

2.1. Combinação de negócios

Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

2.2. Investimento em coligadas e em joint ventures

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

2.3. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizará o ativo de forma ideal.

As companhias utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades de investimentos em ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração ecobida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Recetas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é reconhecido como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 5 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Edificações 25 anos
- Benefetórias 25 anos
- Outros 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado no momento da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

2.9. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos, debêntures e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou Grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou Grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um Grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada - mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumenta e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados substancialmente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

continuação

2.18. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação das demonstrações financeiras anteriores. Essas incluem o CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo e alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, a aplicação do CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades resultou em divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas. Vide detalhes na nota explicativa nº 4.

2.20. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

• Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

• IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

• IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impacto materiais em suas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 36.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação), índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

De acordo com o IPCP (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores de poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 8,76% e 11,99% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 24.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC E RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

a) **Informações originalmente divulgadas com as reclassificações do IFRS 10 e 11**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e IASB entraram em vigor e que foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e aplicou as normas CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

Até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia consolidava proporcionalmente a sua participação nos ativos, passivos e resultados das empresas Elog S.A. e STP Serviço de Tecnologia e Pagamentos S.A., na proporcionalidade de 80% e 12,75%, respectivamente. Com a adoção do IFRS 10 e IFRS 11, a Companhia deixou de realizar essa consolidação proporcional e passou a apresentar os efeitos de ativos e passivos na linha de investimentos e do resultado, como equivalência patrimonial.

A Companhia, em função da aplicação dessas novas normas, está representando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e as demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, como segue:

Contas	Em 01/01/12 (data de transição)		Em 31/12/12 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		Em 31/12/12 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balanco originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Balanco originalmente divulgado com as reclassificações do IFRS 10 e 11
Ativos						
Ativos circulantes:						
Caixa e equivalentes de caixa	604.551	(74.523)	530.028	946.916	(167.935)	778.981
Títulos e valores mobiliários	30.106	-	30.106	28.498	-	28.498
Cientes	176.305	(102.486)	74.019	254.032	(104.144)	149.888
Impostos a receber	27.403	(3.268)	24.135	31.948	(3.768)	28.180
Despesas antecipadas	8.503	(4.196)	4.307	7.603	(6.616)	6.987
Outros créditos	30.564	(5.374)	25.190	40.784	(18.464)	22.320
Total dos ativos circulantes	877.632	(189.847)	687.785	1.309.781	(294.927)	1.014.854
Ativos não circulantes:						
Títulos e valores mobiliários	37.201	-	37.201	50.658	-	50.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.444	(4.339)	64.105	59.371	(5.009)	54.362
Depósitos judiciais	25.242	(7.361)	17.881	91.129	(11.657)	79.472
Ativos indenizatórios	2.870	-	2.870	3.632	(3.632)	-
Outros créditos	6.383	(6.383)	-	32.537	(1.981)	30.556
Despesas antecipadas	410	(20)	390	360	(20)	340
Investimentos	10	258.554	258.564	10	275.496	275.506
Propriedade para investimento	51.603	(51.603)	-	590.719	-	405.011
Imobilizado	287.933	(181.087)	106.846	4.057.759	(185.052)	3.872.707
Intangível	2.798.709	(190.875)	2.607.834	4.057.759	(185.052)	3.872.707
Total dos ativos não circulantes	3.278.805	(185.984)	3.092.821	4.886.175	(117.563)	4.768.612
Total dos ativos	4.156.437	(375.831)	3.780.606	6.195.956	(412.490)	5.783.466
Passivos						
Passivos circulantes:						
Fornecedores	131.851	(93.247)	38.604	150.138	(91.649)	58.489
Empréstimos e financiamentos	161.120	(14.714)	146.406	804.722	(2.298)	802.424
Arrendamento mercantil	2.016	(922)	1.094	599	(351)	248
Debêntures	378.634	(12.626)	366.008	207.144	(7.118)	200.026
Impostos, taxas e contribuições a receber	21.566	(4.826)	16.740	30.795	(5.134)	25.661
Obrigações sociais	30.354	(8.712)	21.642	54.309	(11.796)	42.513
Programa de parcelamento Especial - REFIS	259	14	273	1.848	(122)	1.726
Empresas relacionadas	1.787	(502)	1.285	5.163	-	5.163
Obrigações com o poder concedente	17.082	-	17.082	18.158	-	18.158
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.152	(1.744)	18.408	29.397	(1.632)	27.765
Provisão para manutenção	38.286	-	38.286	63.531	-	63.531
Provisão para construção de obras futuras	12.527	-	12.527	2.141	-	2.141
Outras contas a pagar	46.296	(14.983)	31.313	66.491	(26.635)	39.856
Total dos passivos circulantes	861.930	(152.262)	709.668	1.434.436	(146.735)	1.287.701
Passivos não circulantes:						
Empréstimos e financiamentos	189.187	(76.705)	112.482	164.346	(2.425)	161.921
Arrendamento mercantil	641	(395)	246	64	(64)	-
Debêntures	944.565	(122.259)	822.306	2.107.637	(238.016)	1.869.621
REFIS	2.710	(2.048)	662	11.905	(3.139)	8.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.430	(67)	24.363	2.880	(289)	2.591
Outras contas a pagar	4.952	(1.674)	3.278	46.705	(1.259)	45.446
Provisão para manutenção	133.259	-	133.259	115.131	-	115.131
Provisão para obras futuras	1.929	-	1.929	10.040	-	10.040
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	52.634	(20.421)	32.213	127.004	(20.563)	106.441
Obrigações com o poder concedente	55.099	-	55.099	50.321	-	50.321
Total dos passivos não circulantes	1.409.406	(223.569)	1.185.837	2.636.033	(265.755)	2.370.278
Total dos passivos	2.271.336	(375.831)	1.895.505	4.070.469	(412.490)	3.657.979
Capital e reservas:						
Capital social	1.320.549	-	1.320.549	1.320.549	-	1.320.549
Reservas de lucros - legal	90.751	-	90.751	111.855	-	111.855
Reservas de lucros - orçamentos de capital	388.105	-	388.105	578.037	-	578.037
Reservas de lucros - dividendos adicionais	51.431	-	51.431	65.268	-	65.268
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	31.224	-	31.224	31.867	-	31.867
Atribuído a participação de acionistas controladores	1.882.060	-	1.882.060	2.107.576	-	2.107.576
Participação dos acionistas não controladores	3.041	-	3.041	17.911	-	17.911
Total do patrimônio líquido	1.885.101	-	1.885.101	2.125.487	-	2.125.487
Total dos passivos e patrimônio líquido	4.156.437	(375.831)	3.780.606	6.195.956	(412.490)	5.783.466

Demonstração do resultado

Contas	Exercício findo em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do resultado divulgado com as originalmente reclassificações do IFRS 10 e 11
Receita líquida	2.409.107	(321.586)	2.087.521
Custo dos serviços prestados	(1.162.350)	212.803	(949.547)
Lucro bruto	1.246.757	(108.783)	1.137.974
Despesas gerais e administrativas	(342.976)	75.209	(267.767)
Outras receitas líquidas	49.272	(57.334)	(8.062)
Resultado de equivalência patrimonial	-	44.910	44.910
Lucro operacional antes do resultado financeiro	953.053	(45.998)	907.055
Resultado financeiro	(264.952)	23.419	(241.533)
Lucro antes de impostos	688.101	(22.579)	665.522
Imposto de renda e contribuição social	(261.056)	22.579	(238.477)
Lucro consolidado do período	427.045	-	427.045
Atribuído a acionistas não controladores	422.072	-	422.072
Atribuído a acionistas controladores	4.973	-	4.973

Fluxo de caixa

Contas	Exercício findo em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do Fluxo de Caixa divulgado com as originalmente reclassificações do IFRS 10 e 11
Fluxos de caixa das atividades operacionais	698.375	(40.552)	657.823
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(1.084.011)	(3.791)	(1.087.802)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	728.001	(49.069)	678.932
	342.365	(93.412)	248.953

Demonstração do Valor Adicionado

Contas	Exercício findo em 31/12/2012 (período comparativo deste relatório)		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Demonstração do Valor Adicionado divulgado com as originalmente reclassificações do IFRS 10 e 11
Receitas	2.657.145	(375.972)	2.281.173
Insumos adquiridos de terceiros	(892.016)	101.728	(790.288)
Valor Adicionado bruto	1.765.129	(274.244)	1.490.885
Retenções - Depreciação	(237.426)	33.502	(203.924)
Valor Adicionado líquido produzido	1.527.703	(240.742)	1.286.961
Valor Adicionado recebido em transferência	82.557	31.787	114.344
Receitas Financeiras	82.557	(13.123)	69.434
Equivalência Patrimonial	-	44.910	44.910
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.610.260	(208.955)	1.401.305
Distribuição do Valor Adicionado	1.610.260	(208.955)	1.401.305
Pessoal	326.612	(95.448)	231.164
Impostos, taxas e contribuições	509.094	(76.965)	432.129
Remuneração de Capitais de Terceiros	347.509	(36.542)	310.967
Remuneração de Capitais Próprios	427.045	-	427.045

<

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

continuação

(ii) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações acerca deste investimento que refletem na consolidação da Companhia:

Contas		EIL01
		31/12/2013
Ativo Circulante		347
Ativo não Circulante		-
Total do Ativo		347
Passivo Circulante		94
Patrimônio Líquido		253
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		347
Receitas (despesas)		189
Lucro Operacional antes do resultado financeiro		189
Resultado Financeiro		157
Lucro Operacional antes dos impostos		346
Imposto de Renda e Contribuição Social		(93)
Lucro Líquido do Exercício		253
Atribuível a:		
Companhia		253
Outros acionistas		-

(iii) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 01 de novembro de 2013, após cumprimento das condições preceituadas, foi concluída, por meio da celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e efetiva transferência de ações a operação de venda de 27,5% das ações representativas do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., que explora a rodovia BR 101 ES/BA. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 58% do capital social da ECO101. (Vide nota explicativa nº 5.d.iii). A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas		ECO101
		31/12/2013
Ativo Circulante		11.431
Ativo não Circulante		57.449
Total do Ativo		68.880
Passivo Circulante		14.718
Patrimônio Líquido		54.162
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		68.880
Receita Líquida		26.581
Custo dos serviços prestados		(40.784)
Prejuízo bruto		(14.203)
Receitas (despesas) operacionais		(19.595)
Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro		(33.798)
Resultado Financeiro		3.964
Prejuízo Operacional antes dos impostos		(29.834)
Imposto de Renda e Contribuição Social		10.393
Prejuízo do exercício		(19.441)
Atribuível a:		
Companhia		(14.633)
Outros acionistas		(4.808)

(iv) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas		EIL02
		31/12/2013
Ativo Circulante		1
Ativo não Circulante		-
Total do Ativo		1
Passivo Circulante		-
Passivo Não Circulante		-
Patrimônio Líquido		1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1

(v) A EIL03 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas		EIL03
		31/12/2013
Ativo Circulante		1
Ativo não Circulante		-
Total do Ativo		1
Passivo Circulante		-
Passivo Não Circulante		-
Patrimônio Líquido		1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1

(vi) A EIL04 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir as principais informações, em seu valor integral, acerca deste investimento:

Contas		EIL04
		31/12/2013
Ativo Circulante		1
Ativo não Circulante		-
Total do Ativo		1
Passivo Circulante		-
Passivo Não Circulante		-
Patrimônio Líquido		1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1

(vii) A Ecoporto Santos S.A. é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

(viii) A Termare - Terminais Marítimos Especializados Ltda. é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.

(ix) A Termlog Transporte e Logística Ltda. atua na movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos (anteriormente Tecondi) e Termare, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

As empresas Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), Termare e Termlog, formam o "Ecoporto Santos" (anteriormente denominado Complexo Tecondi). Desta forma a Companhia apresenta abaixo, de forma consolidada os efeitos nas informações financeiras consolidadas.

		31/12/2013					
		Ecoporto Santos	Termare	Termlog	Combinado	Eliminações	Consolidado
Ativo Circulante		206.247	29.873	11.391	247.511	-	247.511
Ativo não Circulante		584.246	61.785	9.801	755.832	(38.690)	717.142
Total do Ativo		890.493	91.658	21.192	1.003.343	(38.690)	964.653
Passivo Circulante		219.207	12.239	5.680	237.126	(38.690)	198.436
Passivo não Circulante		637.061	8.780	6.934	652.775	-	652.775
Patrimônio líquido		34.225	70.639	8.578	113.442	-	113.442
Total do passivo e PL		890.493	91.658	21.192	1.003.343	(38.690)	964.653
Receita líquida		429.309	123.372	37.856	590.537	(40.035)	550.502
Custos		(218.852)	(42.944)	(19.700)	(281.496)	40.035	(241.461)
Lucro Bruto		210.457	80.428	18.156	309.041	-	309.041
Receitas (despesas)		(118.565)	(53.960)	(986)	(173.511)	-	(173.511)
Lucro Operacional antes resultado financeiro		91.892	26.468	17.170	135.530	-	135.530
Resultado financeiro		(72.179)	136	(599)	(72.642)	-	(72.642)
Lucro Operacional antes dos impostos		19.713	26.604	16.571	62.888	-	62.888
IR E CS		(2.193)	(8.642)	(1.371)	(12.196)	-	(12.196)
Lucro líquido do exercício		17.530	17.962	15.200	50.692	-	50.692

Controladas em conjunto

(x) A Elog S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços específicos de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes. Além disso é a holding do segmento de logística da Companhia. Em atendimento ao CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Elog S.A., deixou de ser consolidada proporcionalmente (80%) pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 4. A seguir, a Companhia apresenta integralmente as operações da Elog S.A. incluindo suas controladas:

		31/12/2013						Total de operações Logísticas		
		Elog Sul	Elog S.A.	ELG-01	Ecopátio Cubatão	Particip. Paquetá	Anish Emp.	Combinado	Eliminações	
Ativo Circulante		19.502	154.480	6	13.092	-	1.107	188.187	(13.673)	174.514
Ativo não Circulante		42.842	531.965	50.932	138.300	11.000	49.443	824.482	(291.126)	533.356
Total do Ativo		62.344	686.445	50.938	151.392	11.000	50.550	1.012.669	(304.799)	707.870
Passivo Circulante		24.150	88.479	1	4.829	-	241	117.700	(13.673)	104.027
Passivo Não Circulante		5.590	305.458	-	287	-	-	311.335	-	311.335
Patrimônio Líquido		32.604	292.508	50.937	146.276	11.000	50.309	583.634	(291.126)	292.508
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		62.344	686.445	50.938	151.392	11.000	50.550	1.012.669	(304.799)	707.870
Receita Líquida		81.341	182.137	-	38.954	-	-	302.432	(102)	302.330
Custo dos serviços prestados		(54.625)	(155.731)	-	(33.392)	-	-	(243.748)	(13.386)	(257.134)
Lucro bruto		26.716	26.406	-	5.562	-	-	58.684	(13.488)	45.196
Receitas (despesas) operacionais		(17.305)	(60.935)	(32)	(4.047)	(12)	(1.298)	(83.629)	13.486	(70.143)
Equivalência patrimonial		-	6.366	(1.305)	-	-	(12)	5.049	(5.049)	-
Lucro/Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro		9.411	(28.163)	(1.337)	1.515	(12)	(1.310)	(19.896)	(5.051)	(24.947)
Resultado Financeiro		7	(20.950)	-	77	-	5	(20.861)	-	(20.861)
Lucro/Prejuízo Operacional antes dos impostos		9.418	(49.113)	(1.337)	1.592	(12)	(1.305)	(40.757)	(5.051)	(45.808)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.821)	22.956	-	(487)	-	-	19.648	3	19.651
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		6.597	(26.157)	(1.337)	1.105	(12)	(1.305)	(21.109)	(5.048)	(26.157)
Atribuível a:										
Companhia		6.597	(20.926)	(1.337)	1.105	(12)	(1.305)	(15.878)	(5.048)	(20.926)
Outros acionistas		-	(5.231)	-	-	-	-	(5.231)	-	(5.231)

(xi) A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Companhia detinha 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas. Em atendimento ao CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a STP, deixou de ser consolidada proporcionalmente pela Companhia e passa a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 4. Em 03 de outubro de 2013, após o cumprimento das condições preceituadas, foi concluída a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças na efetiva transferência de ações decorrente da operação da venda de 10% das ações representativas do capital social da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 11,41% do capital social da STP. (Vide notas explicativas nº 5.d.i e 39). A seguir, a Companhia apresenta as principais informações deste investimento na visão de 100% de suas operações:

Contas		STP
		31/12/2013
Ativo Circulante		885.231
Ativo não Circulante		148.213
Total do Ativo		1.033.445
Passivo Circulante		863.161
Passivo Não Circulante		2.425
Patrimônio Líquido		167.858
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.033.445
Receita Líquida		615.977
Custo dos serviços prestados		(187.531)
Lucro bruto		428.446
Receitas (despesas) operacionais		(152.112)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro		276.334
Resultado Financeiro		9.608
Lucro Operacional antes dos impostos		285.942
Imposto de Renda e Contribuição Social		(95.806)
Lucro Líquido do Exercício		190.136
Atribuível a:		
Companhia		21.695
Outros Acionistas		168.441

(xii) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

(xiii) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto.

(xiv) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

(xv) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

(xvi) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

(xvii) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 4 de abril de 2006, com a atividade de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 40 mil m² que permitiu a criação de vagas para caminhões, cargas e contêineres. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em dezembro de 2029. A Ecopátio Cubatão atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 263.

(xviii) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

(xix) A Elog Logística Sul Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

(xx) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objeto empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista.

(xxi) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

b) Reestruturação societária

No exercício de 2012, o Grupo EcoRodovias efetuou algumas reestruturações societárias visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:

I. Aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 30 de março de 2012, foi deliberado o aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. em R\$ 305.432, fazendo com que a participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na empresa Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas passasse a ser detida diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Esse aumento no capital social foi realizado a valores contábeis e, consequentemente, não houve nenhum ganho nem perda.

II. Incorporação da CFF Participações Ltda. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado em Reunião de Sócios, foi aprovada a incorporação da CFF Participações Ltda. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a CFF Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

III. Incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela sua então controlada Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado, a Ecoporto Holding S.A. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

IV. Cisão total da Aba Porto Participações S.A. com versão do patrimônio líquido para a Ecoporto Santos S.A., Termare - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão total da Aba Porto Participações S.A., nos termos do protocolo de cisão total com versão do patrimônio líquido para sociedades existentes e instrumento de justificação. Como resultado dessa cisão, a Aba Porto Participações S.A. foi extinta de pleno direito e as empresas Ecoporto Santos S.A., Termare - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda. tornaram-se suas sucessoras.

c) Combinação de negócios

Em 18 de maio de 2012, a EcoRodovias, através de sua controlada direta Ecoporto, celebrou Acordo de Subscrição de Ações e Outras Avenças com a CFF Participações Ltda., tendo por objeto a subscrição e integralização, pela Ecoporto, de ações da Aba Porto Participações S.A. representativas de 41,29% de seu capital social votante e total. A Aba Porto, nessa data, detinha ações/cotas representativas da totalidade do capital social das empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (atualmente Ecoporto Santos S.A.), Termare - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda., empresas essas que compõem o Complexo Tecondi, voltadas para a área de operação de portos marítimos.

Na mesma data foi celebrado Contrato de Opção de Compra de Quotas, pelo qual a Ecoporto poderia, no prazo de até 12 meses, adquirir a totalidade da participação societária detida pelos acionistas originais no Complexo Tecondi. A Ecoporto exerceu a opção para aquisição da totalidade da participação societária do Complexo Tecondi em 19 de junho de 2012, ou seja, os 58,71% remanescentes. A aquisição totalizou R\$ 1.297.341, sendo pagos R\$ 540.369 correspondentes à aquisição dos 41,29% e R\$ 756.972 referentes aos 58,71% remanescentes.

A aquisição de 100% foi efetivada e o controle foi obtido através da Ecoporto em 24 de maio de 2012 (até essa data nenhum desembolso havia sido efetuado), data em que as condições precedentes foram atendidas, sendo elas aprovação da Codesp e anuência dos bancos, sem as quais a aquisição não poderia ser concretizada. Ademais, a opção de compra de 58,71% foi considerada como efetiva, visto que a condição para o exercício ser apenas a condição financeira em 24 de maio de 2012.

Com essa aquisição, a EcoRodovias, por meio da Ecoporto, passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

A Companhia contratou avaliador terceirizado a fim de realizar estudos para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Administração avaliou o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e concluiu que o ágio pago seria substancialmente alocado aos contratos

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

continuação

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa média ponderada de 91,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade no consolidado é de R\$ 6.492 (R\$ 186.703 em 31 de dezembro de 2012).

Diversos fatores proporcionaram o aumento de caixa e equivalentes de caixa no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 dentre eles a seguinte emissão de debêntures da controlada indireta Ecovias conforme nota explicativa nº 20.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulares, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2013	31/12/2012
CDBs (a).....	18.249	28.498
Fundo de Investimento (a).....	52.491	38.224
Poupança (b).....	10.805	12.434
	<u>81.545</u>	<u>79.156</u>
Circulante.....	<u>70.740</u>	<u>66.722</u>
Não circulante.....	<u>10.805</u>	<u>12.434</u>

a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados a taxas média ponderada de 97,7% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 20). A formação dessas reservas é supervisionada pelo Agente fiduciário.

b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/12/2013	31/12/2012
Nacional (a).....	85.228	70.367
Partes Relacionadas - STP (nota explicativa nº 21).....	59.806	70.995
Demais clientes.....	11.903	10.765
Internacional (b).....	(5.286)	(2.239)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (c).....	151.651	149.888

(a) Representados substancialmente por clientes de portos, locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

(b) Representados substancialmente por clientes do segmento portuário.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente das operações dos portos.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer.....	148.029	141.975
Vencidos:		
Até 30 dias.....	2.832	3.616
De 31 a 90 dias.....	790	2.094
Acima de 90 dias.....	5.286	4.442
	<u>156.937</u>	<u>152.127</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial.....	2.239	80
Aquisição de novas empresas.....	-	1.834
Constituição de PCLD no exercício.....	4.620	1.019
Valores recuperados no exercício.....	(1.573)	(694)
Saldo final.....	<u>5.286</u>	<u>2.239</u>

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar.....	14.809	33.371
Lei Rouanet nº 8.313/91.....	-	42
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar.....	-	223
Cofins a recuperar sobre insumos.....	-	685
ISS a recuperar.....	38	943
Outros.....	-	1.312
	<u>14.847</u>	<u>36.576</u>

10. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA

	31/12/2012	Propostos	Recebidos	31/12/2013
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.....	1.695	416.119	(417.814)	-
Elog S.A.....	12.337	-	-	12.337
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.....	-	33.052	(33.052)	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.....	-	31.511	(31.511)	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP.....	-	21.514	(19.479)	2.035
	<u>14.032</u>	<u>502.196</u>	<u>(501.856)</u>	<u>14.372</u>

11. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$ 7.155, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$ 7.327 em 31 de dezembro de 2012) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 35.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial.....	79.472	17.881
Adição por aquisição de novas empresas.....	-	51.271
Adições.....	3.966	17.823
Baixas/esbomos.....	(1.610)	(14.732)
Atualização monetária.....	6.571	7.229
Saldo final.....	<u>88.399</u>	<u>79.472</u>

13. INVESTIMENTOS

	Valores das investidas		Percentual de		Equivalência			
	31/12/2013	Resultado	participação direta - %	Investimento	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Elog S.A.....	167.858	175.226	11,41	12,75	19.153	20.574	21.695	17.966
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.....	803.480	442.604	100	100	803.480	776.115	442.604	436.431
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (b).....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Holding S.A.....	1	-	100	100	1	-	-	8.621
EIL 02 S.A.....	1	-	100	100	1	-	-	-
EIL 03 S.A.....	1	-	100	100	1	-	-	-
EIL 04 S.A.....	1	-	100	100	1	-	-	-
EIL-01 Participações Ltda.....	254	253	100	100	254	1	253	-
Ecoporto Santos S.A. (a).....	34.225	17.530	100	100	34.225	12.593	21.490	(6.489)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.....	70.639	17.962	100	100	70.639	79.279	17.962	3.503
Termlog Transporte e Logística Ltda.....	8.578	15.200	100	100	8.578	24.889	15.200	3.566
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarras - vide nota explicativa nº 5.b.i.).....	-	-	-	-	-	-	-	6.815
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c).....	54.162	(19.441)	58	80	31.414	58.825	(14.633)	(1.175)
Lucros não realizados.....	-	-	-	-	(7.221)	(7.021)	(200)	327
	<u>1.194.531</u>	<u>1.220.196</u>	<u>483.445</u>	<u>497.596</u>				

(a) No mês de março de 2013 foi reconhecido o valor de R\$ 3.960 de equivalência referente ao complemento do resultado de 2012 do Ecoporto. (b) Vide nota explicativa nº 5.d.i. (c) Vide nota explicativa nº 5.d.ii.

b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %		Saldos em		Aquisição de empresas		Baixas		Transfe-rências		Saldos em		Saldos em		Aquisição de empresas		Saldos em	
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio.....	12,6	139.924	18.999	5.898	(4)	356	165.173	(93.397)	(19.000)	(3.711)	(116.108)	49.065	46.527					
Máquinas e equipamentos.....	15,0	18.886	-	125.948	(21)	(178)	144.635	(10.545)	(9.831)	(32.786)	(53.162)	91.473	8.341					
Móveis e utensílios.....	7,9	9.707	4.652	4.580	(10)	118	19.047	(4.277)	(1.065)	(1.640)	(6.982)	12.065	5.430					
Terrenos.....	-	5.066	609	-	(420)	-	5.255	-	-	-	-	5.255	5.066					
Edificações.....	4,7	34.761	290	-	-	-	35.051	(13.301)	(1.642)	-	(14.943)	20.108	21.460					
Obras em Andamento.....	-	-	16.168	5.489	-	-	21.657	-	-	-	-	21.657	-					
Beneficiárias.....	4,5	-	1.274	181.717	(59)	-	182.932	-	(7.962)	(33.285)	(41.247)	141.685	-					
Outros.....	4,8	28.504	42.182	6.783	(1.593)	(296)	75.580	(8.482)	(2.520)	(875)	(11.877)	63.703	20.022					
		<u>236.848</u>	<u>84.174</u>	<u>330.415</u>	<u>(2.107)</u>	<u>-</u>	<u>649.330</u>	<u>(130.002)</u>	<u>(42.020)</u>	<u>(72.297)</u>	<u>(244.319)</u>	<u>405.011</u>	<u>106.846</u>					

	Taxas médias de depreciação - %		Saldos em		Aquisição de empresas		Baixas		Transfe-rências		Saldos em		Saldos em		Aquisição de empresas		Saldos em	
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Hardware e equipamentos de pedágio.....	10,8	165.173	34.173	-	(906)	7	198.447	(116.108)	(19.652)	-	(135.760)	62.687	49.065					
Maquinas e equipamentos.....	16,9	144.635	11.257	-	(190)	-	155.702	(53.162)	(25.430)	-	(78.592)	77.110	91.473					
Móveis e utensílios.....	7,1	19.047	1.775	-	(24)	26	20.824	(6.982)	(1.425)	-	(8.407)	12.417	12.065					
Terrenos.....	-	5.255	178	-	-	-	5.433	-	-	-	-	5.433	5.255					
Edificações.....	4,6	35.051	488	-	-	-	35.539	(14.943)	(1.633)	-	(16.576)	18.963	20.108					
Imobilizado em Andamento.....	-	21.657	-	-	(295)	(3.428)	17.934	-	-	-	-	17.934	21.657					
Beneficiárias.....	4,5	182.932	748	-	-	-	192.355	(41.247)	213	-	(41.034)	151.321	141.685					
Outros.....	4,8	75.580	20.321	(937)	-	94.964	-	(11.877)	(932)	(12.809)	(82.155)	63.703	20.022					
		<u>649.330</u>	<u>68.940</u>	<u>-</u>	<u>(2.352)</u>	<u>5.280</u>	<u>721.198</u>	<u>(244.319)</u>	<u>(48.859)</u>	<u>-</u>	<u>(293.178)</u>	<u>428.020</u>	<u>405.011</u>					

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 18). Em 31 de dezembro de 2012, outros bens estavam vinculados como garantia de arrendamento mercantil (vide notas explicativas nº 19). Para as debêntures (vide nota explicativa nº 20) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados R\$ 934 referentes a encargos financeiros (R\$ 1.539 em 31 de dezembro de 2012).

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

15. INTANGÍVEL

	Custo		Amortização		Residual				
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012			
Softwares de terceiros.....	13,4	280	20	300	(188)	(39)	(227)	73	92
		<u>280</u>	<u>20</u>	<u>300</u>	<u>(188)</u>	<u>(39)</u>	<u>(227)</u>	<u>73</u>	<u>92</u>

b) Consolidado

	Taxas médias de amortização - %		Saldos em		Aquisição de empresas		Baixas		Reclass. vide NE 4		Saldos em		Saldos em		Aquisição de empresas		Saldos em	
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Contratos de concessão.....	(ii)	3.332.939	265.525	1.136.117	(3.592)	(464.945)	4.266.044	(992.080)	(155.035)	-	(1.147.115)	3.118.929	2.340.859					
Ágio Ecocul.....	-	8.561	-	8.561	-	-	8.561	(1.241)	(515)	-	(1.756)	6.805	7.320					
Softwares de terceiros.....	15,5	35.294	8.111	3.821	(2)	-	47.224	(19.844)	(6.118)	(2.415)	(28.377)	18.847	15.450					
Intangível em andamento.....	-	5.475	26.555	-	(398)	6.483	38.115	-	-	-	-	38.115	5.475					
Ágio Elog.....	-	243.291	-	-	(7.158)	-	236.133	(4.570)	(238)	-	(4.808)	231.325	238.721					
Outros.....	-	14	216	-	-	230	230	(5)	(1)	-	(6)	224	9					
		<u>3.625.574</u>	<u>300.407</u>	<u>1.139.938</u>	<u>(11.150)</u>	<u>(458.462)</u>	<u>4.596.307</u>	<u>(1.017.740)</u>	<u>(161.907)</u>	<u>(2.415)</u>	<u>(</u>							

continuação

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Realização do ágio na incorporação.....	418.024	474.698	(56.674)	-
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.....	33.515	36.170	(2.655)	-
Prejuízo - base fiscal negativa 2013.....	42.961	5.481	42.961	-
Regime Tributário de Transição - RTT (*).....	(4.514)	-	(9.995)	-
Varição cambial ativa/passiva.....	3.149	(417)	3.566	-
Provisão para devedores duvidosos.....	1.560	898	662	-
Provisão para férias e encargos diretores.....	186	49	137	-
Mais valia Investimento controladora.....	(207)	(163)	(44)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo).....	494.674	516.716	-	-
Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido.....	-	-	(22.042)	-
Ativo fiscal diferido.....	531.563	541.416	-	-
Passivo fiscal diferido.....	(36.889)	(24.700)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo).....	494.674	516.716	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	516.716	-	-	-
Receita/(Despesa) de imposto reconhecido no resultado.....	(22.042)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	494.674	-	-	-

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, ajuste a valor presente - AVP do Ônus da concessão e depreciação societária. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2013.....	-	62.277
2014.....	36.895	57.305
2015.....	43.392	52.341
2016.....	63.281	52.341
2017.....	62.334	52.341
2018.....	86.003	52.341
2019 a 2023.....	218.834	194.025
Após 2023.....	(16.065)	(6.255)
	494.674	516.716

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social.....	397.868	419.534	634.182	665.522
Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	(135.275)	(142.642)	(215.622)	(226.277)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial.....	156.932	156.085	-	-
Despesas indedutíveis.....	-	-	(1.169)	-
Lucro presumido.....	-	-	4.263	4.306
Amortização de ágio.....	(44)	(131)	(6.390)	(369)
Incentivos fiscais (PAT).....	-	-	735	-
Créditos tributários não constituídos (*).....	(21.657)	(10.904)	(21.657)	(18.971)
Outros.....	26	130	5.173	2.834
Despesa de Imposto de renda e contribuição social.....	(18)	2.538	(234.667)	(238.477)
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	26	23	(212.625)	(230.853)
Impostos diferidos.....	(44)	2.515	(22.042)	(7.624)
	(18)	2.538	(234.667)	(238.477)

(*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresenta expectativa de realização nos próximos 5 anos. Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 referente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos sobre faturamento:				
ISS.....	-	-	10.230	9.116
Cofins.....	-	240	7.822	7.757
PIS.....	-	52	2.624	1.698
ISS na fonte.....	2	2	3.813	1.327
PIS/COFINS/CSLL s/prest. Serviços.....	-	53	1.930	1.467
INSS na fonte.....	-	2	2.463	1.749
Outros impostos.....	302	19	2.024	2.547
	304	368	30.906	25.661

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional:						
Capital de giro (b).....	Julho-2015	TJLP + 2,45% a.a.	-	-	197.897	114.601
Capital de giro (d).....	Novembro-2013	107,70% do CDI	-	-	-	35.312
Capital de giro (d).....	Outubro-2014	108,4% do CDI	-	-	103.564	-
Capital de giro (i).....	Outubro-2014	CDI + 2,032% a.a.	-	-	13.469	26.544
Capital de giro (c).....	Dezembro-2013	112,5% do CDI	-	-	-	80.567
Capital de giro (g).....	Junho-2015	CDI + 3% a.a.	-	-	30.269	31.866
Capital de giro (m).....	Dezembro-2013	112,50% do CDI	-	-	-	48.215
Capital de giro (n).....	Novembro-2014	108,0% do CDI	-	-	-	-
Finame (e).....	Maio-2017	TJLP + 2,83% a.a.	-	-	97.109	-
Finame (k).....	Outubro-2022	2,5% a.a.	-	-	387	-
Finame BNDES (l).....	Julho-2018	TJLP + 2,30% a.a.	-	-	29.720	-
Equipamentos (j).....	Setembro-2016	14,53% a.a.	-	-	9.918	26.404
Notas promissórias (a).....	Maio-2013	108% do CDI	-	574.108	-	574.108
Notas promissórias (a).....	Maio-2014	104,5% do CDI	290.762	-	290.762	-
Cédula de crédito bancário (f).....	Maio-2013	14,84% a.a.	-	-	-	504
Capital de giro (h).....	Julho-2014	CDI + 0,15% a.a.	-	-	15.857	25.237
			290.762	574.108	790.015	964.345
			290.762	574.108	571.533	802.424
Circulante.....			-	-	218.482	161.921
Não circulante.....			-	-	-	-

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013	31/12/2012
2014.....	-	57.597
2015.....	38.177	22.714
2016.....	35.715	15.925
2017.....	31.626	13.951
2018.....	27.936	13.227
Posterior a 2018.....	85.028	38.507
	218.482	161.921

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial.....	574.108	-	964.345	258.888
Adições.....	274.635	544.429	438.727	621.403
Aquisição novas empresas (ver nota explicativa 5.c).....	-	-	-	634.927
Encargos financeiros.....	35.018	29.679	83.511	65.680
Pagamento principal.....	(550.000)	-	(619.195)	(567.514)
Pagamento de juros.....	(42.999)	-	(77.373)	(49.039)
Saldo final.....	290.762	574.108	790.015	964.345

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Banco Itaú Bradesco/HSBC Corretor.	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/Ecosul	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices	Aval da Companhia
(d)	Ecovia	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.
(e)	Ecocararatas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Termares	Banco Lage Landen Brasil.	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(g)	Ecoporto Santos	ABN AMRO/ Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança.
(i)	Ecosul	Santander	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.	Aval da EcoRodovias Infraestrutura.
(j)	Ecoporto Santos/ Termlog	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(k)	Ecocararatas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecocararatas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança.
(m)	Ecovia/Ecosul	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(n)	Ecosul	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Infraestrutura.....	09/05/2013	275.000	(365)	274.635	104,50% do CDI	8,45%

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

Obras de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2013, não existem saldos a pagar referente a arrendamento mercantil financeiro. As obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2012 são compostas como segue:

	31/12/2012
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	
Menos de um ano.....	246
Mais de um ano e menos de cinco anos.....	-
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros.....	246
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil.....	248
Circulante.....	248
Não circulante.....	-

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial.....	248	1.340
Encargos financeiros.....	-	114
Pagamento do principal.....	(238)	(1.083)
Pagamento de juros.....	(10)	(123)
Saldo final.....	-	248

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica "Imobilizado" se refere a caminhões e apresenta valor residual de R\$ 2.652 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.775 em 31 de dezembro de 2012). Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevocáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

20. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Principal corrigido.....	2.871.137	2.040.105
Remuneração (juros).....	97.998	66.245
Custos com emissão de debêntures (*).....	(58.527)	(36.703)
	2.910.608	2.069.647
Circulante.....	264.076	200.026
Não circulante.....	2.646.532	1.869.621

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial.....	2.069.647	1.188.314
Adição.....	850.639	1.374.051
Encargos financeiros.....	294.460	202.424
Pagamento principal.....	(140.549)	(516.134)
Pagamento de juros.....	(163.589)	(179.008)
Saldo final.....	2.910.608	2.069.647

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$ 800.000 em debêntures, sendo R\$ 240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R\$ 160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R\$ 400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos do serviço da dívida em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A controladora indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$ 450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$ 135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$ 157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente. A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Pools.

O contrato da controladora indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A controladora indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$ 881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$ 681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

continuação

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Valor Data	Despesas nominal	com emissão	líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20%+ IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63%+ IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5%+ IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5%+ IGP-M	10,35%+ IGP-M
2ª Emissão							
	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/12	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
			3.101.000	(77.075)	3.023.925		

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante - Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (f)	-	85.228
Elog S.A. (g)	8	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	39	-
	47	85.228

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo não circulante:		
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda - AFAC (e)	6.450	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	37	-
	6.487	-

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Movimentação do Intangível:		
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	32.778
5.631	-	5.302
1.097	-	18.660
14.574	-	116.867
45.338	-	173.607
66.630	-	258.835
136.997	47	6.487

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante:		
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	-	1.194
3.501	-	262
138	-	427
1.508	-	1.647
5.163	-	3.530

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Resultado:		
Recosta:		
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	461	437
	461	437

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Despesa:		
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	240
606	-	6.417
6.417	-	2.264
5.212	-	2.264
12.475	-	2.264

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Resultado:		
Recosta:		
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	461	437
	461	437

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Despesa:		
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	240
606	-	6.417
6.417	-	2.264
5.212	-	2.264
12.475	-	2.264

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

(a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul, o valor mensal do aluguel é de R\$ 39.

(b) A SBS Engenharia e Construções S.A. possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada direta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$ 26.750, totalizando R\$ 59.087, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é março de 2015 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$ 17.630. Os saldos em aberto a pagar de R\$ 1.194 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impreglio Associados S.A., e pela Impreglio SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$ 232.084, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2014 e até 31 de dezembro de 2013 foram incorridos R\$ 92.597, e há um saldo de serviços a realizar de R\$ 139.487. Os saldos em aberto a pagar R\$ 262 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico: à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e a Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarras, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$ 203.215, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$ 177.735. Os saldos em aberto a pagar R\$ 2.074 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(e) O saldo em aberto refere-se a um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

(f) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$ 85.228 correspondente ao pedágio eletrônico, tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidas garantias e avais.

(g) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).

(h) Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Estes saldos não aparecem nas informações trimestrais por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado.

Mutuante	Mutuário	31/12/2013	31/12/2012	Vencimento	Taxa
EcoRodovias Concessões	Ecocatarras	71	31.800	31/12/2015	CDI + 1,20% a.a.
EcoRodovias Concessões	Ecopistas	87.313	81.158	31/03/2014	100% CDI
Termares	Tecondi	38.690	38.030	Indeterminado	1% a.a.
		126.074	150.988		

Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$ 131.416, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Termlog Transportes e Logística Ltda, presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$ 50,00 e R\$ 160,00 por carga. No período findo em 31 de dezembro de 2013 a Termlog faturou R\$ 39.399 para a Ecoporto e R\$ 635 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2014.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo) e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em R\$ 13.787 (R\$ 14.184 para o exercício de 2012).

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Salários	4.608	4.687
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 27.f)	2.971	2.789
Previdência Privada	398	267
Benefícios diretos e indiretos	4.097	4.881
	12.074	12.624

22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se a estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 8,76% a 11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Adição (custo)	Pagamento	Efeito Financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	436.892	90.998	-	-	527.890
Efeito valor presente sobre constituição	(97.445)	(15.885)	-	-	(113.330)
Realização da manutenção	(214.711)	-	(78.603)	-	(293.314)
Ajuste a valor presente - realizações	46.809	-	-	10.607	57.416
	171.545	75.113	(78.603)	10.607	178.662
Circulante	38.286	-	-	-	63.531
Não circulante	133.259	-	-	-	115.131

	31/12/2012	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	527.890	91.568	-	-	619.458
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.330)	(16.661)	-	-	(129.991)
Realização da manutenção	(293.314)	-	(92.408)	-	(385.722)
Ajuste a valor presente - realizações	57.416	-	-	16.887	74.303
	178.662	74.907	(92.408)	16.887	178.048
Circulante	63.531	-	-	-	49.932
Não circulante	115.131	-	-	-	128.116

23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 8,76% e 11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(4.239)	(3.087)	-	(7.326)
Ajuste a valor presente - realizações	7.627	-	812	8.439
	14.456	(3.087)	812	12.181
Circulante	12.527	-	-	2.141
Não circulante	1.929	-	-	10.040

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	527.890	91.568	-	619.458
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.330)	(16.661)	-	(129.991)
Realização da manutenção	(293.314)	-	(92.408)	(385.722)
Ajuste a valor presente - realizações	57.416	-	-	74.303
	178.662	74.907	(92.408)	178.048
Circulante	63.531	-	-	49.932
Não circulante	115.131	-	-	128.116

24. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

Parcelas:

	31/12/2013	31/12/2012
Fixas - Ecovias	57.806	64.689
Variável - Ecosul	127	122
Variável - Ecovias	1.206	2.336
Variável - Ecopistas	324	590
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização	213	201
Outras - Ecovia - Verba Policia Rodoviária	1.550	1.503
Outras - Ecocatarras - Verba de fiscalização	249	236
Outras - ECO101 - Verba de fiscalização	310	-
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP	1.256	1.438
	63.051	71.115
Circulante	20.454	20.794
Não circulante	42.597	50.321

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2013, restam 52 parcelas a vencer e os pagamentos já realizados correspondem a 78,33% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

Conforme contrato de concessão da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverão ser pagos a título de verba de fiscalização o valor mensal de R\$ 310 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio.

Na controlada Ecosul a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação.

Nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a parcela variável era calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como segurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, são contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	13.452
2015	14.194	12.285
2016	12.962	11.219
2017	11.838	10.246
2018	3.603	3.119
	42.597	50.321

	31/12/2013	31/12/2012
A movimentação das obrigações com o poder concedente está demonstrada a seguir:		
Saldo inicial	71.115	74.817
Custo (vide nota explicativa nº 29)	63.925	39.190
Varição monetária sobre obrigações com o poder concedente	7.644	9.813
Pagamento do principal	(79.633)	(52.705)

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

continuação

As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 27.f). Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados. A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Custo médio
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6,945
Recupera em 2012	480.495	(7.759)
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883
Recupera em 2013	712.482	(11.546)
Cessão diretores	(3)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	542.710	(8.488)

A Companhia mantém em tesouraria 542.710 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2013, de R\$ 14,80. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de dezembro de 2013, é de R\$ 8.032. A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$ 30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	17.911	3.041
Participação nos lucros	1.662	4.973
Aporte de capital de acionista não controlador	-	15.001
Venda de participação ECO101 (Vide NE 5.d.ii)	12.819	-
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	(6.333)	(5.104)
Saldo final	26.059	17.911

Em 01 de novembro de 2013 foi constituída reserva de capital no valor de R\$ 5.441 de acordo com o item 67 do ICPC-09 que orienta que na alienação de ações ou instrumentos de uma entidade que a Companhia controla e que não haja perda de controle com essa operação, tal resultado deverá ser alocado diretamente ao Patrimônio Líquido e não ao resultado. Tal registro se deu pela venda de 27,5% da participação dos 80% que a Companhia detinha naquela data no capital da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

28. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	718.492	695.687
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	804.230	697.603
Vale-pedágio	165.664	152.624
Outras	770	2.267
	1.689.156	1.548.181
Receitas de construção (vide nota explicativa nº 36)	505.830	298.540
Receitas portuárias (d)	625.036	370.251
Receitas acessórias (b) e (c)	58.639	64.201
Receita bruta total	2.878.661	2.281.173
Deduções de receita (e)	(239.602)	(193.652)
Receita líquida	2.639.059	2.087.521

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
 (b) Refere-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
 (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.
 (d) Refere-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Termare e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012.
 (e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	31/12/2013	31/12/2012
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	1.689.156	1.548.181
Receitas portuárias	625.036	370.251
Receitas acessórias	58.639	64.201
	2.372.831	1.982.633

	31/12/2013	31/12/2012
Deduções		
Cofins (i)	(98.792)	(77.819)
PIS (ii)	(21.449)	(16.887)
ISS (iii)	(109.142)	(93.800)
Outros - ICMS	(294)	(151)
Devoluções e Abatimentos	(9.925)	(4.995)
	(239.602)	(193.652)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%
 (ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%
 (iii) Alíquota de 2% a 5%.

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2013	31/12/2012
Controladora		
Pessoal	22.890	25.001
Conservação e manutenção	500	760
Serviços de terceiros	45.233	15.457
Seguros (vide nota explicativa nº 35)	267	646
Depreciações e amortizações	607	599
Locação de imóveis e máquinas	2.098	1.689
Outras despesas operacionais	4.782	3.759
	76.377	47.911

	31/12/2013	31/12/2012
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	76.377	47.911
Consolidado		
Pessoal	313.125	231.164
Conservação e manutenção e outros	81.445	54.818
Serviços de terceiros (*)	318.818	213.964
Seguros (vide nota explicativa nº 35)	18.180	15.205
Depreciações e amortizações	236.631	203.924
Poder Concedente	63.925	39.190
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	24.885	17.100
Provisão para manutenção	74.907	75.113
Custo de construção de obras (vide nota explicativa nº 28)	505.830	298.540
Outros custos e despesas operacionais	73.964	68.296
	1.711.710	1.217.314

Classificados como:
 Custo dos serviços prestados 1.346.606 949.547
 Despesas gerais e administrativas 365.104 267.767
 (*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.
 O aumento de custos e despesas operacionais, deve-se principalmente ao fato da Companhia consolidar doze meses de custos e despesas operacionais do segmento portuário em 2013 com valor total de R\$ 415.222, enquanto em 2012 foi consolidado apenas o período de sete meses (posto que a aquisição ocorreu em 31 de maio de 2012) no valor total de R\$ 290.941.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	21.480	13.996	96.895	54.874
Varição monetária sobre debêntures	-	-	1.790	-
Juros ativos	-	-	5.384	-
Atualização monetária de créditos fiscais	1.505	1.482	4.120	4.120
Outras	-	144	3.004	8.650
	22.985	15.622	113.407	69.434

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	-	(191.856)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e leasing	(32.585)	(81.078)
Varição monetária sobre debêntures	-	(91.798)
Varição monetária sobre direito de outorga	-	(7.644)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	(10.806)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	(17.057)
Despesas bancárias	(453)	(92)
Comissão notas promissórias	(2.433)	(3.432)
Varição cambial sobre financiamentos	(748)	(100)
Atualização monetária de provisão para contingências	(2.067)	(2.960)
Pis/Cofins sobre JSCP	(418)	(863)
Varição cambial fornecedores externos	-	(6.274)
Outras	(38.704)	(33.880)
	(15.719)	(18.258)

31. LUCRO POR AÇÃO

	31/12/2013	31/12/2012
Controladora e Consolidado		
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,71	0,76
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,71	0,75

a) **Lucro básico por ação**
 O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.
Controladora e Consolidado
 Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia 397.850 422.072
 Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas 558.699 558.699
 Média ponderada das ações em tesouraria (512) (162)
 Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação 558.187 558.537
 Lucro básico por ação - R\$ 0,71 0,76

b) **Lucro diluído**
 O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações, divulgado na nota explicativa 27.f).
Controladora e Consolidado
 Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia 397.850 422.072
 Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação 558.187 558.537
 Ajuste por opções de compra de ações 3.849 2.928
 Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído 562.036 561.465
 Lucro diluído por ação - R\$ 0,71 0,75

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - CONSOLIDADA

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a participação nos lucros e resultados foi de R\$ 13.755 (R\$ 8.494 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.
 A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações) e o poder concedente detalhados nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 27).
 A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.
 A Companhia revisa sistematicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.
 A Controlada direta Ecoporto Santos possui financiamento em moeda estrangeira para ampliação dos Cais para utilização em suas operações, que representa valor de US\$ 37.903. O contrato apresenta vencimento em julho de 2014, tendo como contraparte Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA. A operação de "swap" em 31 de dezembro de 2013 consiste na troca da variação do CDI acrescida de 0,150103% ao ano por variação cambial, registrada em "Despesas financeiras", no valor de R\$ 14.932 (R\$ 12.725 em 31 de dezembro de 2012).

a) **Exposição a riscos cambiais**
 A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.
 b) **Exposição a riscos de taxas de juros**
 A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.
 c) **Condições gerais de mercado**
 A Administração da Companhia e de suas controladas elega as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
 • Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxas média ponderada de 101,1% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
 • Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originários, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
 • Instrumentos financeiros, arranjados mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24.
Índice de endividamento
 Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Dívida (a)	290.762	574.108
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(177.016)	(435.621)
Dívida líquida	113.746	138.487
Patrimônio líquido (b)	2.071.887	2.107.576
Índice de endividamento líquido	0,05	0,07

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 24.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos			
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	19.093	19.093
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	151.651	151.651
	Empréstimos e recebíveis	1.133.489	1.133.489

Passivos:
 Fornecedores (a) 79.917 79.917
 Empréstimos e financiamentos (c) 790.015 790.015
 Debêntures (d) 2.910.608 2.910.608
 Obrigações com o poder concedente (e) 63.051 63.051
 (a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
 (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
 (c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com as taxas indicativas da BM&F em 30 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer.
 (d) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures (quando houver) e conforme o Preço Unitário - PU atualizado em 30 de dezembro de 2013. Nos demais casos, o cálculo foi feito através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, à taxas indicativas da BM&F data base 30 de dezembro de 2013.
 (e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o poder concedente".

As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br.
Riscos da taxa de câmbio
 O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.
 O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada direta Ecoporto Santos, com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.
 Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a controlada Ecoporto Santos S.A. possui o seguinte contrato em moeda estrangeira:

	31/12/2013	31/12/2012
Preço Unitário - PU atualizado em 30 de dezembro de 2013	4,012	5,521

Risco de taxa de juros
 O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.
 A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.
 De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Risco de crédito
Concentração de risco de crédito
 Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.
 A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.
 Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$ 85.228 (R\$ 70.367 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Risco de liquidez
 O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.
 O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos		37 meses em diante	
		12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	Entre 37 e 48 meses
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	33.006	31.590	33.580	152.455
BNDES	TJLP + 2,30% a.a.	8.382	7.934	7.482	10.913
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	4.095	12.460
Finame	TJLP + 2,8% a.a.	348	460	429	154
Capital de giro	108% do CDI	233.328	-	-	-
Finame	2,50% a.a.	53	52	51	274
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	14.047	14.823	199.281	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	24.753	24.783	104.876	184.659
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	110.783	-	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	50.823	57.351	63.117	700.535
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	33.156	34.972	37.191	1.097.858
Debêntures	CDI + 3,80% a.a.	8.075	8.844	8.949	34.808
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	30.968	32.535	34.319	1.509.904
Notas promissórias	104,5% do CDI	300.387	-	-	-
Capital de giro	CDI + 0,15% a.a.	11.084	-	-	-
Capital de giro	CDI + 1,90% a.a.	200	-	-	-
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a.	14.831	7.771	-	-
Finimp	4,60% Var.cambial	3.975	3.794	2.001	-
Debêntures	5,20% Var.cambial	83	76	74	35
Swap	CDI + 1,85% a.a.	127.447	153.457	143.103	444.500
	Var. Cambial	5.071	-	-	-

Risco de variação nas taxas de juros
 A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.
 A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Cenário I - provável		Cenário II - 25%		Cenário III - 50%	
		108.624	81.468	108.624			

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

continuação

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção.....	218.575	75.956
Custos de construção.....	(218.575)	(75.956)
	-	-

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) ou "Poder Concedente", de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágio de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o equilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 170, entre o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-070 - início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cubicma, Guarulhos - SP.
- c) SP-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SP-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 80, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 0 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km; prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (interseção com a SP-088) e no km 111 (interseção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$ 595.157 (R\$ 570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$ 118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjunta de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão das Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção.....	164.357	113.633
Custos de construção.....	(164.357)	(113.633)
	-	-

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A ECOSUL tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguaraçu	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	127,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução N°4.236/13 e Resolução N°4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecocul, sua controlada indireta. Com estas resoluções, as tarifas de pedágio para veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados foram reduzidas em 4,2%. Em implementação houve: (i) devolução de trecho não pedagiado da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na rodovia BR-392, com 5,4 km, totalizando 166,5 km de rodovias simples;

(ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Ecocul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecocul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção.....	37.609	29.546
Custos de construção.....	(37.609)	(29.546)
	-	-

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatataras

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatataras foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional realizada pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocatataras e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocatataras é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de agosto de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocatataras teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocatataras assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$ 77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela reajustada é de R\$ 249.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinoópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramielândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocatataras, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocatataras foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de construção.....	30.800	50.661
Custos de construção.....	(30.800)	(50.661)
	-	-

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 22 de março de 2012, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 17 de abril de 2013. O início de suas operações está previsto para maio de 2014 com o início da cobrança de pedágio. A ECO101 tem como objeto social a exploração, pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ.

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$ 3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio;
- b) Recursos para Desenvolvimento Tecnológico: Durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$ 620 a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT;

O contrato de concessão da ECO101 foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	31/12/2013	
Receita de construção.....	26.581	
Custos de construção.....	(26.581)	
	-	

Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos Custos	Ecovia	Ecocul	Ecovias	Ecocatataras	Ecopistas
	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2026	Previsão de 2014 a 2018	Previsão de 2014 a 2021	Previsão de 2014 a 2039
Melhorias na infraestrutura.....	151.439	145.878	471.324	798	293.288
Conservação especial (manutenção).....	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120
Equipamentos.....	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355

Os investimentos relativos à Concessionária ECO101 estão sob revisão e serão apresentados oportunamente.

Conselho de Administração

Membros Efetivos: **MARCO ANTONIO CASSOU** (Presidente)
ESAR BELTRÃO DE ALMEIDA
EDUARDO BUNKER GENTIL
GERALDO CARBONE
RAIMUNDO CHRISTIANS
EDUARDO RATH FINGERL

Membros Suplentes: **EROS GRADOWSKI JUNIOR**
BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é emitir uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada

apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

37. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatataras fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021. A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifas nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitórias as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

As companhias buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degraú tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocatataras.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocatataras. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI deve encerrar-se em março de 2014.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como a decisão da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, sendo obrigatório o Poder Concedente responsável concedê-la se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria Especial dos Portos - SEP, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquáticos - ANTAQ a responsável pela fiscalização. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, entende-se que é prudente a observância da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo os procedimentos estabelecidos na normatização em vigor à época do requerimento. Assim, em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as previsões da Resolução ANTAQ nº 2.240/11, conforme alterada pela Resolução ANTAQ nº 2.826/2013, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato está mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares apenas, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como da representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, sobre a mesma matéria. Apesar das decisões iniciais, a Administração considera significativa a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominante. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos e no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

38. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecocul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatataras e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Os segmentos logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais aeroportuários, centros de distribuição, centros alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 80% das empresas de logística. Dentro deste segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog S.A., Elog Logística Sul Ltda., Ecopólio Logística Curação Ltda., ELG-011 Participações Ltda., Ansh Empreendimentos e Participações Ltda. e Paquetá Participações Ltda..

o) Holding e serviços

Este segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. Além da STP, este segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

d) Portos

A partir de 31 de maio de 2012, com a aquisição das empresas de segmento portuário, a Companhia passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, neste segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Ferrares - Terminais Marítimos Especializados Ltda e Termlog Transporte e Logística Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Concessões.....	67,3%	61,6%
Logística.....	7,8%	11,9%
"Holding" e serviços.....	6,0%	6,1%
Portos.....	18,9%	20,4%

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

	31 de dezembro de 2012
	Ajustes CPC 36
	(R\$)/IFRS10
	Consolidado

Contas	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Total	(R\$)/IFRS10	Consolidado
Ativo Circulante.....	297.403	294.224	204.622	744.698	1.540.947	(2			